

Para Desestabilizar Deficiências: uma análise de implicações aleijada

Gisele De Mozzi¹

¹Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência
e a Cultura (Unesco), Brasília/DF – Brasil

RESUMO – Para Desestabilizar Deficiências: uma análise de implicações aleijada. Pretende-se discorrer sobre alguns atravessamentos do processo de fazer pesquisa no campo da deficiência. Para tecer estas problematizações são utilizados extratos de uma pesquisa realizada com estudantes com deficiência que ingressaram em uma universidade pública federal por meio da política de ações afirmativas. A fim de aleijar a análise de implicações, sugere-se apostar na potência ético-política da existência da diferença, antecipar e desejar a diversidade nos mais diversos espaços, contextos e temporalidades acadêmicas, desestabilizar saberes hegemônicos e, por fim, assumir um posicionamento ético-político comprometido com a luta anticapacitista. Palavras-chave: **Estudos da Deficiência. Análise de Implicações. Capacitismo. Universidade Pública. Políticas Públicas.**

ABSTRACT – Destabilizing Disabilities: a crippled implications analysis. The aim is to discuss some intersections in the process of doing research in the disability's field. To weave these problematizations, extracts from a survey carried out with disabled students who entered a federal public university through the affirmative action policy are used. To cripple the implications analysis, it is suggested to invest in the ethical-political power of the existence of difference, anticipate and desire diversity in the most diverse spaces, contexts, and academic temporalities, destabilize hegemonic knowledge and, finally, assume an ethical-political position committed to the anti-ableism struggle.

Keywords: Disability Studies. Implications Analysis. Ableism. Public University. Public Policies.

Introdução

Fazer pesquisa científica com base em uma perspectiva crítica requer colocar em análise “nossas práticas de saber-poder enquanto produtoras de verdades” (Coimbra; Nascimento, 2008, p. 3). No campo de estudos da deficiência, assumir a responsabilidade pelos conhecimentos científicos produzidos e suas implicações na vida dos(as) participantes da pesquisa e, em especial, das pessoas com deficiência é uma premissa fundamental para a justiça social (Baglieri et al., 2011; Martins et al., 2012; Moraes et al., 2018).

Autoras e autores do campo de estudos da deficiência na educação defendem a necessidade de empreender investigações capazes de incluir a participação de pessoas com deficiência e problematizar a naturalização das diferenças. Desta forma, seria possível ultrapassar atuações meramente técnicas em prol de um empreendimento ético e político, capaz de sustentar a relação entre teoria e politização da deficiência. Neste contexto, a análise de implicações será discutida neste texto como estratégia teórica e metodológica que permite refletir sobre o fazer pesquisa e a relação da pesquisadora com a temática em questão, além de contribuir para problematizar as reverberações do contexto político, econômico, social e educacional contemporâneo.

Ao utilizar, como pano de fundo, as problematizações desenvolvidas em uma tese de doutorado sobre a política de ações afirmativas para estudantes com deficiência na universidade pública, este texto pretende versar sobre alguns atravessamentos do processo de pesquisar que movimentam e fazem falar, não apenas um problema de pesquisa, mas também um corpo-pesquisadora temporariamente sem deficiência. Mais especificamente, serão apresentados extratos da entrevista realizada em uma tarde de terça-feira com uma das participantes da pesquisa, cujo nome fictício é Tereza Cristina, a Cris. Com base em uma perspectiva conceitual que mescla elementos da psicologia social crítica, da psicologia escolar e educacional, dos estudos da deficiência e dos estudos *crip*, do feminismo neomaterialista e interseccional, analiso o incômodo com a deficiência e as dores compartilhadas, cuja emergência foi possível neste encontro entre pesquisadora e participante da pesquisa.

Aciona-se a análise de implicações por entender que ela permite atentar para os efeitos, as repercussões e os agenciamentos que nossos modos de fazer pesquisa põem em funcionamento na relação com os(as) participantes da pesquisa (Coimbra; Nascimento, 2008). Sendo assim, espera-se que as discussões aqui apresentadas permitam ampliar as compreensões sobre os modos de relação com deficiências múltiplas e entender como a categoria deficiência é materializada nos espaços e temporalidades da universidade pública.

Análise de implicações aleijada e produção de conhecimentos na torre de marfim

Como instituição de ensino superior, a academia é tradicionalmente reconhecida como um lugar elitista (Gillberg, 2020; Mozzi; Nardi, 2020; Nardi et al., 2013; Dolmage, 2017; Brown, 2020). Assim como uma torre de marfim, seus contornos são definidos pela rigidez e embasados no neoliberalismo que mensura prestígio e credibilidade através das métricas de produtividade em pesquisa e ensino (Gesser; Block; Leite, 2023; Brown, 2020) enquanto, simultaneamente e de forma controversa, determina restrições e reduções dos investimentos governamentais (Brown, 2020).

Em outro texto (no prelo), que também utiliza extratos da pesquisa de doutorado com estudantes com deficiência que ingressaram na universidade pública por meio da política de ações afirmativas, problematizamos alguns enunciados que denunciam a premissa meritocrática presente no cotidiano desta instituição de ensino superior. Isto pode ser exemplificado na fala do participante Roberto: “Porque depois, dentro da faculdade, ali, cada um... que vença o melhor, né? [risos] quem estudar mais, se dedicar, né? Terá condições de ter sucesso, né?” (*sic*). Permeados por uma perspectiva elitista e capacitista, os discursos da meritocracia afirmam que apenas os “melhores” poderão ter sucesso e, sobretudo, definem que a universidade não é para todos. Nesta lógica, o “fracasso” é concebido como uma consequência dos impedimentos e lesões atrelados à deficiência, sem levar em consideração as estruturas capacitistas que não contemplam a diversidade humana (Böck; Nuernberg, 2018).

Com base em Maria Helena Souza Patto (2003, p. 33) podemos entender que a meritocracia “reforça cientificamente a crença de que os lugares sociais são distribuídos segundo o mérito de cada um” o que, por sua vez, colabora com a impressão de oportunidades iguais. Entretanto, ao analisar as desigualdades sociais no imbricamento com a deficiência, fica ainda mais evidente que essa premissa de igualdade esbarra em uma série de barreiras – urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais e tecnológicas, conforme elencado na Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) – que impedem a plena participação de todas as pessoas, bem como a sua inclusão nos mais diversos contextos.

Para ocupar este espaço de merecimento, privilégio e excelência, seja como profissional que atua na instituição ou como estudante, a universidade requer um sujeito normativo, plenamente capaz e com alto desempenho, ou seja, um “acadêmico perfeito”. Sobretudo, hostiliza corpos e mentalidades lidas como incapazes de corresponder aos seus ideais de intelectualidade e excelência, como denunciam os Estudos da Deficiência na Educação. Coadunando Nicole Brown (2020, p. 3): “Em resumo, o capacitismo na academia é endêmico”.

Jay Timothy Dolmage (2017) analisa como a universidade sistematicamente contribui para criar categorias de diferenciação binárias

– como normal ou anormal, capaz ou incapaz, entre outras – que restringem as possibilidades de compreender a deficiência e operam como produtoras de uma série de barreiras que impedem a participação das pessoas com deficiência nos espaços e tempos universitários. Como sistema de diferenciação e opressão (Mello, 2016; Dolmage, 2017), o capacitismo transforma a exigência de corpos capazes em uma regulação compulsória, indispensável para se ocupar o ambiente acadêmico.

Espaço de reprodução e atualização das desigualdades e hierarquias sociais (Nardi et al., 2013), ao buscar normalizar e homogeneizar as formas de ser e estar nos ecossistemas acadêmicos, o ensino superior não contempla a diferença como reflexo da sociedade (Brown, 2020). Além da sub-representação de grupos minoritários, a presença de populações como as pessoas com deficiência, negras, indígenas, transsexuais, entre tantas outras, costuma ficar restrita ao âmbito da pesquisa, como objetos de estudo, ou da extensão, como sujeitas às intervenções de diversos campos de saber e poder. Ainda assim, ao ingressarem nas instituições de ensino superior costumam deparar-se com uma série de barreiras para acesso e permanência (Farias et al. 2022; Angelucci; Santos; Pedott, 2020).

Sendo o capacitismo endêmico à universidade, pode-se presumir a sua influência em uma série de práticas, crenças, processos, discursos, políticas, fazeres e identidades. Dito de outro modo, os referenciais positivistas de perfeccionismo, produtividade e capacidade internalizados e atualizados cotidianamente nos contextos acadêmicos evidenciam que a produção de conhecimento científico não pode ser afirmada como neutra. Esta constatação pode ser corroborada por autoras como Annemarie Mol (2002), Carla Biancha Angelucci; Luciana Stoppa dos Santos; Larissa Gomes Ornelas Pedott (2020); Claudia Gillberg (2020); Donna Haraway (1995), Márcia Moraes e Alexandra Tsallis (2016), Sheila Jasanoff (2004) e Silvia Lane (1985), para as quais, “a Ciência é sempre engajada, que o conhecimento é sempre interessado” (Patto, 2003, p. 34).

Com base no que foi dito até aqui, podemos assumir que o privilégio intelectual atribuído àqueles que conseguem adentrar os muros da universidade os posiciona como detentores de um suposto saber e poder – sobre o outro e sobre a verdade, como nos ensina Foucault. Diante da impossibilidade de neutralidade, posicionar-se é, portanto, fundamental. É neste íterim que a análise de implicações é acionada, pois permite empreender uma prática (ou atitude) crítica (Foucault, 1978; Butler, 2013) e posicionada (Haraway, 1995), como dispositivo para a produção de conhecimentos. De acordo com Donna Haraway (1995), posicionar-se é se colocar não em uma posição de identidade, mas na relação de inseparabilidade entre o ato de pesquisar, a descrição do que está sendo pesquisado, os efeitos da pesquisa e a constituição da pesquisadora como alguém que estuda determinado campo-tema.

Para exercitar uma atitude crítica ao fazer pesquisa se faz necessário, portanto, pensar o tempo presente em sua transitoriedade e contingência, e não como uma totalidade ou linearidade histórica, como indica Foucault (1978). Ainda de acordo com Donna Haraway (1995), o mundo não está inerte, preexistente, à espera de ser lido, decodificado e interpretado pela pesquisadora. A partir do conceito de coprodução (Jasanoff, 2004), compreende-se que diferentes elementos como práticas sociais, identidades, convenções, discursos, técnicas, instituições, entre outros, reforçam-se mutuamente e criam condições para estabilidade e consolidação nos modos de compreender e se relacionar com múltiplas deficiências.

Entendemos, portanto, que a política de reserva de vagas para estudantes com deficiência no ensino superior, que caracterizou o objeto-campo de estudo desta pesquisa, não pode ser lida como um objeto-campo passivo, materializado no corpo de uma lei fixa e definitiva. Ao ser engendrada, esta política também atua na produção de deficiências, ao mesmo tempo em que pode reiterar ou desestabilizar a corponormatividade (Mello, 2016). Pois é também nesse processo micropolítico de coengendramento e conexões parciais e provisórias que são abertas possibilidades de transformação e diversificação das formas de vida social. Como propõem Cecília M. B. Coimbra e Maria Lívia do Nascimento (2008, p. 5):

Ao tomarmos a análise de implicações como um dispositivo, estamos recusando os universalismos, as totalizações e unificações e afirmando as processualidades, singularidades e multiplicidades. Para tanto, é fundamental que possamos empreender uma análise constante e cotidiana dos lugares por nós ocupados e das forças que nos atravessam e nos afetam em diferentes momentos, não somente em nossos trabalhos de intervenção como também em nossas vidas. Ou seja, queremos apontar que a análise de implicações, tomada enquanto um dispositivo, é sempre micropolítica, é sempre um colocar em análise nossos modos de existência que, segundo Espinoza e Nietzsche, devem ser pensados a partir de critérios imanentes, sem nenhum apelo a valores transcendentais. Assim, a análise de implicações por ser micropolítica encontra-se no plano da imanência, no plano dos encontros onde se produzem as enunciações, onde se presentificam o ‘fazer ver e o fazer falar’. Ou seja, utilizar a análise de implicações é tornar visível e audível as forças que nos atravessam, nos afetam e nos constituem cotidianamente.

Desta forma, coadunamos com as perspectivas teóricas e metodológicas que reconhecem a necessidade de adotarmos um posicionamento ético-político que, ciente do seu compromisso com a produção de conhecimentos e suas reverberações no cotidiano, atue em prol da transformação e da justiça social, premissas dos Estudos da Deficiência na Educação (Connor, 2013; Böck et al., 2020; Baglieri et al., 2011; Silva; Beche; Costa, 2022). Junto com Maria Helena Souza Patto (2003), entendemos que é preciso rever concepções e práticas que contribuem para a reprodução de uma sociedade hierarquizada e injusta. Buscamos apostar em uma “prática da objetividade que privi-

legie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver” (Haraway, 1995, p. 24). Ainda referenciando Donna Haraway (1995), investimos no reconhecimento da contingência e da parcialidade na produção de conhecimento científico como possibilidade de ampliar conexões com outros saberes parciais e localizados, passíveis de serem chamados a prestar contas.

Aleijar a análise de implicações oferece, portanto, possibilidades teórico-metodológicas para complexificar os modos de compreender as múltiplas experiências de deficiência e, ao mesmo tempo, cria espaço para fissuras e invenção de outros modos de relação com a deficiência, como vem sendo proposto por autoras como Márcia Moraes e Alexandra Tsallis (2016), Eliza Chandler (2010), Carla Rice et al. (2015). De acordo com Anahí Guedes de Mello, Valéria Aydos e Patrice Schuch (2022, p. 18):

‘Aleijar’ é verbo trazido da tradução de *crip*, abreviação de *cripple*, que significa ‘aleijado’. [...] A teoria aleijada questiona a exclusão do capacitismo como matriz de discriminação interseccional nas teorias feministas, *queer* e decoloniais. Como ocorre com o *queer*, os termos *crip* e *aleijado* têm sentidos propositalmente pejorativos e subversivos, demarcando a importância do engajamento aleijado contra as práticas de normalização de corpos, por meio da crítica aos sistemas de opressão marcados pelo patriarcado, pela heterossexualidade compulsória (Rich, 2010), pela cisgeneridade compulsória (Simakawa, 2015) e pela capacidade corporal compulsória (McRuer, 2002).

Ao incorporar o capacitismo e a deficiência como categorias analíticas nos processos de pesquisar, como vem sendo proposto neste texto por meio de uma análise de implicações aleijada, podemos desestabilizar o pensamento hegemônico e as noções instituídas sobre deficiência, normalidade, capacidade. Além disso, como afirma David J. Connor (2013, p. 124), aleijar – com base nas perspectivas sociais críticas dos Estudos da Deficiência – abre espaço para reivindicar a deficiência como parte integrante da variação humana, proporcionando “oportunidades para todas e todos nós repensarmos a forma como interpretamos e damos significado às diferenças humanas e as profundas implicações que isso tem para os estudantes”.

Ao evidenciar o que Marco Antônio Gavério nomeia como “ameaças crí(p)ticas, aleijadas em suas esquisitices, monstruosidades, perversões e defeitos”, almejamos contestar a “[...] a própria fragilidade e incoerência das normas corporais e estéticas ao serem minimamente ameaçadas, desestabilizando o binarismo capaz/deficiente (*abled/disabled*)” (Gavério, 2015, p. 114). Ademais, compartilhar histórias e experiências com a deficiência, constituídas por narrativas contra hegemônicas, caracteriza-se como estratégia ética e política utilizada por ativistas, artistas, autores e autoras alinhados aos Estudos da Deficiência na Educação. Referenciando Carla Biancha Angelucci; Luciana Stoppa dos Santos; Larissa Gomes Ornelas Pedott (2020, p. 62):

Ousar a produção de pensamentos e propostas contra-hegemônicas significa romper com proposições que instauram uma obsessão pela explicação do/a outro/a, pela normalização e pela uniformização da vida, abrindo espaço para incontáveis ganhos pessoais e coletivos da convivência entre todas as pessoas.

A seguir, serão apresentadas algumas produções que se fizeram possíveis, contingentes, parciais e transitórias no encontro entre uma pesquisadora temporariamente sem deficiência, um campo-tema de pesquisa sobre a política de ações afirmativas para estudantes com deficiência no ensino superior, o capacitismo acadêmico e as dores compartilhadas com uma das participantes da pesquisa de doutorado.

Dores compartilhadas: fazendo deficiências, pesquisa e pesquisadora

“Não é uma coisa deliciosa de se dizer, nem uma coisa agradável de dizer ‘eu tenho a companhia de uma dor’, mas ela está ali” (*sic*), confessa Tereza Cristina, nome fictício de uma das estudantes com deficiência ingressantes em uma universidade pública federal por meio da política de ações afirmativas. Ela estava participando de uma entrevista de pesquisa de doutorado e naquele momento, do outro lado da mesa redonda, um corpo-pesquisadora da doutoranda e entrevistadora sentiu dor: a dor dela e a minha. Tornei-me consciente das minhas costas cansadas e da dor de cabeça. Incapaz de desabilitar meu corpo e ocupar o dela para sentir exatamente a dor companheira que ela descrevia, de algum modo eu também sentia dor. Não se tratava de empatia, ou de uma concepção de empatia como sinônimo de colocar-se no lugar do outro, pois somos incapazes de abandonar a materialidade dos nossos corpos para habitar o de outrem. Nossas dores tornaram-se companheiras ali, naquele espaço-tempo da entrevista. Junto com a dor compartilhada emergiram outros afetos e efeitos desta entrevista-encontro com a deficiência. Alguns deles serão discutidos a seguir, acionando o incômodo como operador conceitual de uma análise de implicações que se propõe implicada e aleijada.

Para começar, apresento as duas integrantes deste encontro-entrevista: Tereza Cristina, estudante com deficiência que acionou a política de ações afirmativas para ingressar no ensino superior de uma universidade pública federal e que estava na posição de entrevistada; e a pesquisadora e entrevistadora, doutoranda em psicologia, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), também estudante de uma universidade pública federal. Nós duas ocupamos os territórios e temporalidades acadêmicas, embora ali, naquele espaço-tempo da entrevista, estivéssemos em posições distintas.

Tereza Cristina não gosta muito do seu primeiro nome, prefere ser chamada por Cristina ou apenas Cris, como refere a si mesma na entrevista – sendo assim, propusemos para ela, um nome fictício¹ que também tivesse essa possibilidade de abreviação. Ela estava finalizando a primeira fase de um curso de graduação na universidade fe-

deral. Relatou estar feliz com essa nova experiência e tranquila com as escolhas e aprendizagens que lhe aconteceram nos seus 50 anos de vida. Mãe de um rapaz e duas filhas mulheres – uma delas graduada e a outra cursando graduação na mesma instituição. Por vezes, Cris anda acompanhada de uma bengala, acoplamento que evidencia a mobilidade reduzida. Ao encontrar comigo depois da aula, sem a órtese, comentou que algumas pessoas não percebem que ela tem uma deficiência: “Claro, vão perceber se me ver andando. Vai ver que eu tenho uma certa dificuldade a mais, tal. Mas não... não, não, não conecta isso a uma deficiência, né?” (*sic*). Por outras, de uma dor companheira, modulada pelo uso das medicações Codeína e Morfina. Nestas situações, a bengala entra em cena não em função da dor em si, como ela relata, “mas é porque, principalmente no uso de medicamentos, você fica mais... lerda! Então aquilo – a própria batida da bengala, a própria faz com que você tenha uma, uma noção de direção melhor, né?” (*sic*).

Os usos e negociações que ela faz com os medicamentos e com a órtese são interpelados e modificados pela sua relação com a universidade, na medida em que os efeitos colaterais dos remédios interferem na sua capacidade cognitiva, como ela relata. Nesse jogo, ela mensura os efeitos de sentir dor ou “raciocinar” (*sic*), equilibrando limitações e ganhos, e dissolvendo uma suposta dualidade entre a corporalidade e o intelecto. É também nesta coprodução que vai se constituindo uma identidade deficiente, na medida em que a visibilidade atribuída à deficiência se faz presente em função do uso da bengala - que sonoriza seus trajetos pela universidade - e na interação com os medicamentos.

Com base em Sheila Jasanoff (2004), Annemarie Mol (2002) e Bruno Latour (2012), entendemos que não apenas os enunciados acerca da deficiência, mas também uma série de outros fatores, processos, tecnologias, mecanismos e objetos humanos e não humanos – por vezes contraditórios – coordenam-se para produzir (ou coproduzir) a deficiência. Atravessado por relações de poder, o processo de coengendramento entre esses diferentes elementos contribui para criar condições para estabilidade e materialização da deficiência ao reiterar normas regulatórias, ao mesmo tempo em que cria possibilidades para a desestabilização e invenção das múltiplas deficiências no curso dessa reiteração.

Ao utilizar o idioma da coprodução (Jasanoff, 2004) e assumir que múltiplas deficiências vão sendo feitas na articulação entre diferentes elementos e agentes humanos e não humanos que compõe a universidade, tornou-se mister direcionar o olhar também para a pesquisadora como actante de um fazer pesquisa sobre a política de ações afirmativas para estudantes com deficiência no ensino superior. Além disso, com base nos referenciais elencados neste texto, entende-se que o processo de pesquisar transforma também a pesquisadora e desacomoda seu corpo e identidades. Sobretudo, ao reconhecer que esta que vos fala também integra os territórios e temporalidades da universidade e é, portanto, atravessada pelo seu capacitismo endêmico. Cabe também pontuar que a entrevista aqui descrita foi realizada

na sala de um núcleo de estudos e pesquisa localizada no interior da instituição de ensino superior que foi objeto da pesquisa.

Quanto aos reconhecimentos e lugares de fala da pesquisadora, sou uma mulher cisgênera², branca, heterossexual, latino-americana e temporariamente sem deficiência – termo que emprego por entender que a deficiência pode vir a fazer parte da trajetória de vida de qualquer pessoa e a qualquer tempo. Por conta destas identidades, vivencio alguns privilégios atribuídos aos corpos lidos e reconhecidos como supostamente capazes. Primeira geração de uma família do interior do sul do país a concluir o ensino superior completo, cursei todo o ensino fundamental em escola pública, fiz a graduação em uma instituição privada de ensino superior, mestrado e doutorado como bolsista em duas renomadas universidades públicas. Meu corpo, embora não seja lido como deficiente e, portanto, não experimenta as barreiras interpostas a essas pessoas – apesar de vivenciar outras a partir da articulação interseccional das identidades –, estava receptivo às interpelações. Minha escuta específica nesta relação, estava vulnerável e disponível a acolher a dor compartilhada com a participante da pesquisa.

Questionar sobre as minhas experiências e trajetórias na universidade e como os modos de estar na academia impactam a minha própria corporalidade e funcionalidade não foi um processo automático, tampouco óbvio. Deixar-se afetar pelos modos como as nossas práticas podem estar reproduzindo o capacitismo, por exemplo, pode ser angustiante. Nem todos esses afetos serão traduzidos em palavras, porque a racionalidade científica não é a única forma de significar o que nos acontece – e tampouco dá conta de fazer isso por si só. Entretanto, entendo que as dores e o incômodo podem ser potentes quando nos convidam a desestabilizar os saberes e práticas instituídas. São também atores deste processo de coproduzir a pesquisa na articulação com deficiências múltiplas.

A partir da leitura do texto da Vinciane Despret (2004), fui elaborando alguns questionamentos, sustentados nesta dor e no incômodo: eu comecei a sentir dor porque a Cris estava sentindo dor? Ou ela manifestou a dor dela em solidariedade à minha, para que a minha dor tivesse espaço e fosse acolhida? Para que emergisse ali, nas espacialidades e temporalidades da universidade, a mesma que se fez campo da pesquisa. Uma instituição sustentada em uma perspectiva capacitista, que delimita os sujeitos que pertencem ao lado de dentro – apenas a elite intelectual da sociedade – e aqueles que não têm lugar a não ser como objeto de pesquisa, como problema a ser estudado (Farias et al., 2022; Angelucci; Santos; Pedott, 2020). Para estar do lado de dentro é preciso submeter um corpo aos espaços e temporalidades acadêmicos: é um local de alto rendimento. Dar conta de superar as barreiras, dedicar-se ao máximo, ser bem-sucedido, algo que depende apenas do esforço individual dentro da lógica meritocrática.

O meu incômodo vinha da impressão de que não havia espaço para sentir dor ali; nem tempo. Era preciso prestar atenção ao que es-

tava sendo dito no decorrer da entrevista, nos enunciados, nas articulações com a deficiência, na trajetória educacional da Cris e seus percursos pela universidade, nas referências teóricas e metodológicas que iriam sustentar uma análise. Melhor reprimir o afeto e as dores, silenciar as pistas do corpo. Quem sabe um analgésico? Mas essa dor compartilhada não falava apenas sobre o que eu sentia, de uma esfera individual; ela remetia a algo do comum, sinalizava que era necessário olhar para as estruturas e, especialmente, para o capacitismo.

Jorge Larossa Bondía (2002) descreve a experiência como um acontecimento que nos atravessa produzindo afetos e efeitos. Ao utilizar a análise de implicações como ferramenta metodológica, o incômodo e a dor compartilhada foram tomados como reverberações da experiência de pesquisar as múltiplas formas como a deficiência se materializa nas temporalidades, corporalidades e espacialidades da universidade. Desta forma, pretende-se apresentar algumas pistas que contribuem para problematizar – embora não esgotem as possibilidades de resposta, tampouco de inventar outras perguntas – as seguintes questões: Por que a deficiência costuma causar incômodo? A quem a deficiência incomoda? De que maneira incomoda? Quais são as circunstâncias que fazem emergir este afeto? Em quais relações ele se coloca? Quais são os seus efeitos? Que outros afetos são possíveis? O que pode ser produzido quando se sustenta este incômodo?

Medo de se tornar deficiente

Ao seguir as provocações de Donna Haraway e “ficar com o problema” evidenciado nestes questionamentos – o incômodo produzido na relação com a deficiência –, a primeira pista aponta para o medo de descobrir ou adquirir alguma condição corporal e/ou funcional que nos torne pessoa com deficiência. No contexto da entrevista, eu temia me tornar alguém que vive acompanhada de uma dor, como a Cris. Afinal, envelhecer, adoecer, sentir dores e tornar-se deficiente são acontecimentos inerentes à condição humana.

A verdade é que a deficiência é mais do que um enigma: é um desconhecido erroneamente descrito como anormal, monstruoso ou trágico, mas que fará parte da trajetória de vida de todas as pessoas que experimentarem os benefícios da civilização. Com o crescente envelhecimento populacional, a categoria ‘deficiente’ como expressão de uma ‘tragédia pessoal’ perderá o sentido. Ser velho é experimentar o corpo deficiente. Ser velho é viver num ordenamento social que oprime o corpo deficiente (Diniz, 2007, p. 32).

Por que eu tinha medo? Porque vivemos em uma sociedade que nos ensina todos os dias que conviver com uma deficiência é uma tragédia pessoal, como afirma Debora Diniz (2007). Que espera que nossos corpos se adequem aos parâmetros do que é considerado normal e saudável e não sintam dores. Somos constantemente informadas, com base em uma lógica corponormativa e capacitista, que se tornar uma pessoa com deficiência é constituir-se como alguém que vivencia um acidente trágico e individual cujos efeitos continuam a repercutir em forma de danos irreversíveis e sofrimento. As experiências destas

peessoas são descritas em termos das perdas provocadas pelo evento: a perda de um membro do corpo ou uma funcionalidade, da possibilidade de andar, de enxergar, de ouvir, de continuar a comunicar-se verbalmente; a perda da autonomia para exercer atividades cotidianas e desempenhar uma atuação profissional.

Ao acionar o conceito de angústia da transgressão corporal para falar sobre o reconhecimento da ruptura, da ansiedade, da dor e do sofrimento incitados pela privação sensorial, Bruno Sena Martins (2009) traz elementos que nos auxiliam a compreender esse medo de tornar-se deficiente. Ele afirma que pessoas não cegas que, empaticamente projetam uma possível perda da visão, podem concluir: nós somos ou poderíamos ser como as pessoas cegas. O autor também diferencia esta angústia nas experiências de pessoas que perdem a visão de forma gradual, daquelas que perdem a visão de forma súbita e das pessoas cegas de nascença, para as quais não há ruptura no modo de ser/viver. As pessoas com deficiência congênita não conhecem outros modos de vida sem as condições corporais e funcionais que as constituem como sujeitos, de modo que, para elas, não há estado de normalidade ou de ausência de sofrimento anterior à deficiência ao qual devem retornar. Apesar das projeções empáticas que nós, pessoas sem deficiência, podemos empreender a fim de tentar compreender o eventual impacto de uma perda de visão, não há uma identidade fixa e predefinida ou um modo restrito de vivenciar uma condição corporal.

Sustentadas no entendimento de que as pessoas com deficiência sofrem uma tragédia pessoal, costumeiramente se atribui a elas o adjetivo “coitadinhas”. As duas entrevistadas daquela tarde – Nicole e Cris – compartilharam algumas estratégias às quais recorrem para não serem enquadradas neste estereótipo. A Nicole se coloca como uma pessoa que não gosta de “se fazer de coitadinha” (*sic*) por ter uma deficiência, reitera diversas vezes o que ela chama de vitimismo como algo ruim e negativo, que procura evitar, em prol da sua independência. A Cris descreve a sua postura como: “É, porque, na verdade, assim: eu não sou a coitadinha. E eu não sou a melhor de todas. Eu sou apenas mais uma entre vocês. Ponto” (*sic*). Dessa forma, ela entende que circula entre as colegas da turma como mais uma entre elas, não alguém extraordinário ou exótico. Podemos supor que as estratégias implementadas por Nicole e Cris operam como tentativas de evitar outros adjetivos que as inferiorizam como incapaz, anormal, especial, inválido³. Radicalmente, e com base nas problematizações de Lúcia Assumpção Amaral (1994), buscam impedir que seus corpos sejam lidos como desviantes e monstruosos.

Essa forma negativa e depreciativa de enquadrar a deficiência como uma tragédia pessoal, enfatizando as incapacidades e disfuncionalidades de um corpo, compõe o repertório discursivo do que se nomeia, dentro do campo de estudos da deficiência, como modelo médico. Para este modelo, uma alteração e/ou limitação na estrutura ou função corporal incapacita não apenas a região lesionada, mas o sujeito como um todo, que vira objeto de intervenções médicas e práticas reabilitacionais com o objetivo de adequar esse corpo a supostos

padrões de normalidade (Barnes, 2009; Diniz, 2003; 2007; Martins et al., 2012; Böck; Nuernberg, 2018).

E então eu senti vergonha e culpa: como eu, uma pesquisadora do campo de estudos da deficiência, que defende que todos os modos de vida devem ser dignos de serem vividos, estava me sentindo daquela forma diante de uma pessoa que relatava e vivenciava – ali na minha frente – a materialidade da sua experiência cotidiana com a dor e a deficiência? Entretanto, estes afetos não diziam da minha individualidade, exclusivamente. Denunciavam um modo de subjetivar a mim mesma e aos outros em uma sociedade capacitista. De aprender a diferenciar um eu sem deficiência e um outro com deficiência, como se essa dicotomia pudesse ser nítida e permanente. Individualmente, eu não queria sentir nada disso. Queria ser uma aliada, uma pessoa que apesar de não ser lida como alguém que possui uma deficiência, se identifica com essa pauta, se solidariza com o movimento anticapacitista. Uma pessoa que aceita e acolhe a diversidade de formas de estar no mundo.

Deficiência como algo que nos passa e constitui

Uma vez que tememos nos tornar pessoas com deficiência pois, no imaginário social, esta categoria identitária costuma estar atrelada a uma série de impeditivos e adjetivos negativos, podemos assegurar que a deficiência é algo que nos passa e constitui. Como categoria analítica, a deficiência nos atravessa e define quem somos toda vez que diferenciamos quais condições corporais e funcionais poderão ser enquadradas como deficientes; quando assumimos que apenas alguns sujeitos sem deficiência são capazes de acessar e permanecer na universidade, reiterando a corponormatividade; cada vez que afirmamos “não tenho nada que me impeça de viver” (*sic*) – frase mencionada por uma informante do percurso do doutorado – como forma de diferenciar nossos modos de vida daqueles experienciados pelas pessoas com deficiência. Ao compreender que essas normas regulatórias que delimitam o que é deficiência são performadas cotidianamente (Butler, 2000), permitimos a abertura de fissuras e instabilidades que se caracterizam como possibilidades desconstitutivas no próprio processo de repetição, possibilidades de perturbação das posições hegemônicas, possibilidade de tornar-se inesperadamente, alguém com deficiência.

Dor compartilhada é da esfera do nós, do coletivo, algo que pode vir a fazer parte da vida de qualquer uma de nós; não é algo que apenas eu e a Cris sentimos. Nós sentimos dores, em diferentes momentos das nossas vidas, por diferentes motivos, mas sentir dor faz parte da nossa condição humana. A dor nos mostra os limites de um corpo e do que um corpo pode fazer. No contexto da entrevista, borrou as fronteiras entre uma pesquisadora temporariamente sem deficiência e uma participante da pesquisa com deficiência. Além da dor, o que mais eu, que sou lida como uma pessoa sem deficiência compartilho com esse outro com deficiência?

Em geral, minha existência é colocada em um lugar privilegiado de diferenciação, que minimamente me resguarda de sofrer discriminações e violências das mais diversas, especialmente aquelas direcionadas às populações LGBTQIA+, negras, indígenas e pessoas com deficiência. Se analisarmos essa posicionalidade exclusivamente por uma perspectiva identitária, minha corporalidade será colocada do lado de fora de muitas reivindicações e discussões que se fazem no campo das diferenças. Reconheço que para muitas pessoas cujas corporalidades, mentalidades e funcionalidades são enquadradas como patológicas, anormais, desviantes, abjetas, entre outros adjetivos, ocupar esse lugar não é uma escolha.

Como venho discutindo, as diferenças são performadas em espacialidades e temporalidades específicas, enquadrando corporalidades que poderão (ou não) serem lidas pela marca da deficiência. Essa marcação é, por sua vez, provisória e instável, composta por uma série de elementos que, uma vez combinados, consolidam uma categorização circunscrita àquele instante temporal e geográfico. Diferentes combinações entre corporalidades, instrumentos e aparatos técnicos, políticas, práticas, instituições e espacialidades específicas, vão estabilizando compreensões de deficiência que podem, portanto, se modificar e passar a incluir experiências que, até então, não eram entendidas como da esfera da deficiência. Sendo assim, procuro apontar a necessidade de analisar a deficiência como uma categoria histórica, social, cultural, temporal e espacialmente constituída. Ou seja, compreendê-la na complementaridade inerente a esse processo de constituição que, ao fazer uma deficiência e um sujeito deficiente, também faz o seu oposto – um repertório de práticas, corporalidades e instituições supostamente não atravessadas pela categoria deficiência.

Compartilho esses territórios impermanentes de pertencimento e reconhecimento não como uma forma de nomear as diferenças ou situar meu lugar de fala e seguir em frente. Tampouco pretendo negligenciar a relevância e legitimidade das políticas identitárias para a garantia de direitos e acesso a recursos e serviços, para a equiparação de oportunidades e para o enfrentamento das desigualdades. A intenção está em posicionar a diferença nos movimentos de coprodução de deficiências múltiplas no contexto da universidade pública e, a partir desta posicionalidade, inventar outras estratégias possíveis de relação com a deficiência.

As dores compartilhadas denunciam a imposição de temporalidades e espacialidades padronizadas a corpos limítrofes, instáveis e inconstantes. Evidenciam que ficar muitas horas sentada realizando atividades entendidas como intelectuais: ler, estudar, escrever, participar de uma aula, prestar atenção às narrativas de alguém durante uma entrevista... fazem com que os corpos sintam dores. Nem todas as pessoas vão sentir e experimentar da mesma forma, mas o fato de que alguns corpos não sentem dor não deve ser utilizado para contrapor esse debate. As dores nos nossos corpos escancaram uma estrutura acadêmica capacitista que submete corpos diversos a um regime único que, por sua vez, faz com que muitos corpos sintam dores.

Todavia, desestabilizar a categoria deficiência não é a mesma coisa que afirmar que todas nós somos deficientes. O que pretendemos com isso, é apostar na importância desse movimento de contestação das categorizações, classificações e hierarquias que nos fazem diferenciar vidas dignas de serem vividas ou não. Marivete Gesser e Adriano Nuernberg (2014) apontam a necessidade de reconhecer a importância da experiência de deficiência na constituição da subjetividade e não apenas como condição de uma minoria. Desta forma, sem negar os impedimentos corporais e suas possíveis implicações para as pessoas com deficiência, é possível valorizar as formas singulares e criativas de vivenciar as experiências de deficiência.

Para Tanya Titchkosky e Rod Michalko (2009, p. 6), a deficiência “é parte integrante da diversidade essencial da vida humana, tanto individual como coletivamente”. Entendemos a deficiência, portanto, como algo que nos constitui, como uma experiência, um acontecimento que produz afetos e efeitos (Bondía, 2002). Longe de enquadrar a deficiência como um acontecimento negativo, infeliz e trágico da existência humana, os estudos da deficiência a descrevem como uma forma legítima de ser/estar no mundo. “É uma maneira de entender quem somos ou, pelo menos, uma parte de quem somos” (Titchkosky; Michalko, 2009, p. 6). Parte constituinte de quem somos, a deficiência é produzida e entendida nas relações cotidianas que estabelecemos uns com os outros. Não é algo que acontece apenas com as pessoas com deficiência que experienciam barreiras impostas por ambientes sociais pouco sensíveis à variação corporal e funcional humana. É, como afirmam Marcia Moraes, Luiza Teles Mascarenhas, Fernando Fontes e Bruno Sena Martins (2018), uma questão política e social que concerne a todas e todos nós.

Considerações finais para implicar e aleijar a produção de conhecimentos

Diante do incômodo com as dores companheiras que interpelaram uma entrevista da pesquisa de doutorado com estudantes com deficiência que ingressaram na universidade por meio da política de ações afirmativas, a pesquisadora em questão foi levada a problematizar, através da análise de implicações, alguns elementos que compõem os modos contemporâneos de fazer pesquisa. Eu queria fazer algo para resolver aquele desconforto. Não queria ser mais uma a reproduzir o capacitismo da academia, que obriga corpos cansados e com dor a permanecerem longos períodos dentro das espacialidades e temporalidades formatadas pela universidade, quando tudo o que o corpo pede é um lugar para se deitar e descansar um pouco. Como escrevem Carla Biancha Angelucci; Luciana Stoppa dos Santos; Larissa Gomes Ornelas Pedott (2020, p. 68): “Enfrentemos, pois, o capacitismo de cada dia que nos habita a todas/os, inclusive as pessoas bem-intencionadas, estudiosas e engajadas”.

Nessa entrevista-encontro, determinadas questões foram possíveis de serem ditas e escutadas; dores compartilhadas puderam se

materializar naquele espaço-tempo da academia, provocando ruídos no capacitismo intrínseco à universidade. Nesta relação entre estudante com deficiência cotista e pesquisadora bolsista abriu-se espaço para falar deste incômodo, especialmente em função da minha escuta qualificada que, há algum tempo, é interpelada pelo campo de estudos e vivências com a deficiência e com a educação. Eu intuía que não poderia seguir em frente como se nada tivesse acontecido, sobretudo porque me sentia responsável pela reprodução de uma lógica capacitista que contribuía para que nós duas sentíssemos dor. Nossos corpos cansados e com dor renunciariam à possibilidade de encontro em prol da nossa dor compartilhada?

Ao trazer essas reflexões, não se pretende afirmar que a totalidade de práticas e profissionais que atuam nos contextos acadêmicos, ou ainda com pessoas com deficiência, se deparem com as mesmas questões que me implicaram nessa entrevista, tampouco que respondam da mesma maneira e sempre de forma capacitista. O objetivo destas discussões foi destacar o quanto todas nós somos socializadas pelo capacitismo. Podemos assumir que os espaços, temporalidades e contextos são, em sua maioria, capacitistas. Precisamos reconhecer essas influências em nossas práticas e demarcar os seus limites. Entendemos que, a partir dessas indagações, podemos identificar quais são as lacunas, quais são as possibilidades de encontro, de proposição de alternativas construídas coletivamente. Como incita Claudia Gillberg (2020), podemos fazer desta inquietação, característica do ativismo da deficiência, uma oportunidade para construir novos conhecimentos científicos e formular novos *insights* sobre o que a academia pode ser.

Pretendemos mostrar como a universidade se constitui como um espaço retórico, que carrega uma história de injustiça e (re)produção de desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que ocupa um lugar privilegiado para a contestação, a crítica e a transformação social. A implementação das políticas de ações afirmativas vem fazendo com que as universidades públicas sejam compelidas a abrir suas portas para comportar a diversidade. Mas mais do que isso, a ampliação de entrada de um público diverso nas instituições federais de ensino superior, faz com que seja necessário repensar suas estruturas, paradigmas, epistemologias, referências, práticas e pedagogias. Quando a deficiência passa a ocupar os espaços e temporalidades acadêmicos, não mais apenas como objeto de estudo, mas como categoria analítica e política, além de ser um componente identitário que singulariza as trajetórias de vida das estudantes, nos convoca a repensar os sistemas de ensino a partir de uma dimensão estrutural. Sobre tudo, denuncia o capacitismo intrínseco à universidade.

Ao mesmo tempo, esse movimento de olhar para dentro da universidade pública, elaborar reflexões e críticas, analisar tensões e controvérsias, se faz possível justamente por se tratar de uma instituição social autônoma e democrática. Alinhadas às provocações de Marilena Chaui (2003, p. 6), entendemos que é essencial, para a universidade enquanto instituição social, “discutir ou questionar sua própria

existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes”. Essa proposta analítica e política diferencia-se radicalmente das políticas de contingenciamento e desvalorização das universidades públicas. Pois, para se manter uma postura crítica e dar continuidade a trabalhos sérios e comprometidos que pretendem pensar a universidade e a sua função social, é necessário investimento em educação.

Diante do exposto, uma análise de implicações aleijada, subsidiada pelos Estudos da Deficiência na Educação, pode ampliar as possibilidades de contestação dos modos universais, naturalizados e totalizantes, em prol da afirmação de um plano micropolítico de encontros singulares e múltiplos com a deficiência. E, apesar de neste texto ter sido implementada em um contexto de pesquisa científica, a análise de implicações aleijada, como esse modo de contestação e invenção de múltiplas formas de relação com a deficiência pode ser levada para os mais diferentes cenários. Neste plano de processualidades e contingências, é possível reivindicar a deficiência como experiência inerente à existência humana e constituinte das subjetividades, na articulação com os marcadores sociais da diferença.

Como busquei desenrolar neste texto, entendo que, para aleijar a análise de implicações é preciso estar disponível para sustentar possíveis incômodos, apostar na potência ético-política da existência da diferença, antecipar e desejar a diversidade funcional e corporal nos mais diversos espaços, contextos e temporalidades. Sendo assim, sugere-se que, a disponibilidade de cada um(a) de nós para analisar as implicações dos saberes e práticas instituídas sobre a deficiência, caracteriza-se como um posicionamento ético-político comprometido com a diversidade, com a justiça social e com a produção de conhecimento anticapacitista, como os Estudos da Deficiência vem propondo. Pois ao colocar em análise nossa corporalidade e nossos modos de existência é possível contestar a supremacia que hierarquiza corpos e mentalidades através de uma lógica capacitista. Outrossim, entendemos que propostas teórico-metodológicas que rompem com as perspectivas hegemônicas de produção de conhecimentos acerca da deficiência podem ser consideradas estratégias de resistência e emancipação, especialmente quando partem de uma perspectiva de coprodução com as pessoas com deficiência.

Recebido em 9 de abril de 2024
Aprovado em 11 de junho de 2024

Notas

¹ Cabe destacar que a adoção de nomes fictícios foi a estratégia entendida como possível e coerente no momento desta pesquisa. Entretanto, com base nas perspectivas teóricas e metodológicas que subsidiam este trabalho, entende-se a necessidade de proposição de outros modos de participação, autonomia e autoidentificação dos sujeitos nas pesquisas acadêmicas.

² Termo utilizado para fazer referência às pessoas que se reconhecem no gênero designado ao nascimento com base na genitália.

- ³ Farias et al. (2022) discutem com maior profundidade as categorias analíticas da inferiorização e da heroização da mulher com deficiência no ensino superior. Já Carla Biancha Angelucci; Luciana Stoppa dos Santos; Larissa Gomes Ornelas Pedott (2020) problematizam o capacitismo implícito no uso de algumas nomenclaturas referentes à educação especial.

Referências

- AMARAL, Lígia Assumpção. Corpo desviante/olhar perplexo. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 5, n. 1/2, p. 245-268, 1994.
- ANGELUCCI, Carla Biancha; SANTOS, Luciana Stoppa dos; PEDOTT, Larissa Gomes Ornelas. Conhecer é transformar: notas sobre a produção implicada de modos anticapacitistas de habitar a universidade. In: GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; LOPES, Paula Helena (Org.). **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba: CRV, 2020. p. 55-72.
- BAGLIERI, Susan et al. Disability Studies in Education: The Need for a Plurality of Perspectives on Disability. **Remedial and Special Education**, v. 32, n. 4, p. 267-278, 2011.
- BARNES, Colin. Un Chiste “Malo”: Rehabilitar a las personas con discapacidad en una sociedad que discapacita. In: BROGNA, Patricia (Comp.). **Visiones y Revisiones de la discapacidad**. México: FCE, 2009. p. 101-122.
- BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; NUERNBERG, Adriano Henrique. As concepções de deficiência e as implicações nas práticas pedagógicas. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO BÁSICA - DOCÊNCIA NA SOCIEDADE MULTITELAS, COEB, 7., 2018. Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Prefeitura Municipal, 2018. p. 01-10.
- BÖCK, Geisa Letícia Kempfer et al. Estudos da Deficiência na Educação: reflexões sobre o capacitismo no ensino superior. In: GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; LOPES, Paula Helena (Org.). **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba: CRV, 2020. p. 211-225.
- BONDÍA, Jorge Larossa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Tradução de João Wanderley Geraldi. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, abr. 2002.
- BRASIL. Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, 2015.
- BROWN, Nicole. Introduction: Theorising ableism in academia. In: Nicole Brown; Jennifer Leigh (Ed.). **Ableism in Academia: Theorising experiences of disabilities and chronic illnesses in higher education**. London: UCL Press, 2020. p. 1-10.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-172.
- BUTLER, Judith. O que é a crítica? Um ensaio sobre a virtude de Foucault. Tradução de Gustavo Hessmann Dalaqua. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, n. 22, p. 159-179, 2013.
- CHANDLER, Eliza. Sidewalk Stories: The Troubling Task of Identification. **Disability Studies Quarterly** (Online), v. 30, n. 3/4, 2010.

- CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, dez. 2003.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In: GEISLER, Adriana Ribeiro Rice; ABRAHÃO, Ana Lúcia; COIMBRA, Cecília Maria Bouças (Org.). **Subjetividades, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos em saúde**. Niterói: EdUFF, 2008. p. 143-153.
- CONNOR, David J. Social Justice in Education for Students with Disabilities. In: FLORIAN, Lani (Ed.). **The SAGE Handbook of Special Education**. London: SAGE Publications Ltd, 2013. p. 111-128.
- DESPRET, Vinciane. The body we care for: figures of anthropo-zoo-genesis. **Body and Society**, v. 10, n. 2-3, p. 111-134, 2004.
- DINIZ, Debora. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. **Série Anis**, v. 28, p. 1-10, 2003.
- DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007. 96 p.
- DOLMAGE, Jay Timothy. **Academic Ableism: Disability and Higher Education**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2017. 256 p.
- FARIAS, Adenize Queiroz de et al. Estudos da deficiência: implicações do capacitismo no âmbito do ensino superior. In: SILVA, Solange Cristina da; BECHE, Rose Clér Estivalet; COSTA, Laureane Marília de Lima. **Estudos da deficiência na educação: anticapacitismo, interseccionalidade e ética do cuidado**. Florianópolis: UDESC, 2022. p. 170-186.
- FOUCAULT, Michel. **O que é a crítica?** 1978. (Conferência).
- GAVÉRIO, Marco Antônio. Medo de um planeta aleijado? Notas para possíveis aleijamentos da sexualidade. **Áskesis**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 103-117, jan./jun. 2015.
- GESSER, Marivete; BLOCK, Pamela; LEITE, Lúcia Pereira. Do Capacitismo ao Acesso Coletivo no Ensino Superior. In: MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; CIANTELLI, Ana Paula Camilo (Org.). **Inclusão universitária no século XXI: dilemas atuais**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p. 79-110.
- GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique. Psicologia, Sexualidade e Deficiência: Novas Perspectivas em Direitos Humanos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, p. 850-863, 2014.
- GILLBERG, Claudia. The significance of crashing past gatekeepers of knowledge: Towards full participation of disabled scholars in ableist academic structures. In: BROWN, Nicole; LEIGH, Jennifer (Ed.). **Ableism in Academia: Theorising experiences of disabilities and chronic illnesses in higher education**. London: UCL Press, 2020. p. 11-30.
- HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.
- JASANOFF, Sheila. Ordering knowledge, ordering society. In: JASANOFF, Sheila. (Ed.). **States of Knowledge: The co-production of science and social order**. Nova Iorque: Routledge, 2004. p. 13-45.

JASANOFF, Sheila. The idiom of co-production. In: JASANOFF, Sheila (Ed.). **States of Knowledge: The co-production of science and social order**. Nova Iorque: Routledge, 2004. p. 1-12.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. A psicologia social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley. **Psicologia social: o homem em movimento**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede**. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.

MARTINS, Bruno Sena. O “corpo-sujeito” nas representações culturais da cegueira. **Fractal: revista de psicologia**, v. 21, n.1, p. 5-22, jan. 2009.

MARTINS, Bruno Sena et al. A emancipação dos estudos da deficiência. **Revista Crítica de Ciências Sociais** (Online), v. 98, p. 45-64, 2012.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, out. 2016.

MELLO, Anahí Guedes de; AYDOS, Valéria; SCHUCH, Patrice. Aleijar as antropologias a partir das mediações da deficiência. **Horizontes Antropológicos**, v. 28, n. 64, p. 7-29, set. 2022.

MOL, Annemarie. **The body multiple: Ontology in medical practice**. Durham: Duke University Press: 2002.

MORAES, Marcia et al. Introdução. In: MORAES, Marcia et al. (Org.). **Deficiência em questão: para uma crise da normalidade** (recurso eletrônico). 1 ed. Rio de Janeiro: Nau, 2018.

MORAES, Márcia; TSALLIS, Alexandra. Contar histórias, povoar o mundo: a escrita acadêmica e o feminino na ciência. **Revista Polis e Psique**, v. 6, n. 1, p. 39-50, 2016.

MOZZI, Gisele De; NARDI, Henrique Caetano. Imbricamentos da deficiência na universidade: incorporando a deficiência nas discussões interseccionais. In: WIRTH, Ioli Gewehr; FONTOURA, Julian Silveira Diogo de Ávila; PRESTES, Liliane Madruga (Org.). **Diálogos insurgentes durante a pandemia: vozes para uma educação** (trans)formadora. Marília: Editora Lutas Anticapital, 2020. p. 349-362.

MOZZI, Gisele De; NARDI, Henrique Caetano. Intersecções entre Gênero e Deficiência: marcadores sociais e suas hierarquias. In: GESSER, Marivete; MORAES, Márcia. **Psicologia Social e Estudos da Deficiência**. (no prelo).

NARDI, Henrique Caetano et al. O “armário” da universidade: o silêncio institucional e a violência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. **Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, n. 21.2. p. 179-200, jul./dez. 2013.

PATTO, Maria Helena Souza. O que a história pode dizer sobre a profissão psicólogo: a relação psicologia-educação. In: BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo: Cortez; 2003.

RICE, Carla et al. Project Re•Vision: disability at the edges of representation. **Disability & Society**, v. 30 n. 4, p. 513-527, 2015.

SILVA, Solange Cristina da; BECHE, Rose Clér Estivalet; COSTA, Laureane Marília de Lima. **Estudos da deficiência na educação**: antipacitismo, interseccionalidade e ética do cuidado. Florianópolis: UDESC, 2022. 346 p.

TITCHKOSKY, Tanya; MICHALKO, Rod. **Rethinking normalcy**: A disability studies reader. Toronto: Canadian Scholars' Press, 2009.

Gisele De Mozzi é doutora em Psicologia Social e Institucional pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua como psicóloga clínica, consultora e palestrante.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7470-1588>
E-mail: gisele.dmozzi@gmail.com

Disponibilidade dos dados da pesquisa: o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo está publicado no próprio artigo.

Editora responsável: Carla Karnoppi Vasques

